

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM**

### **Conteúdo programático de prática processual**

#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL, DO CONSUMIDOR E DIFUSOS E COLETIVOS**

##### **ATENÇÃO - Regras para elaboração da Pasta:**

- 1. Forma de elaboração:** Todas as atividades devem ser feitas **manuscritamente**, com letra legível e apresentação organizada. **Não serão aceitos** trabalhos digitados, datilografados ou escritos de forma ilegível.
- 2. Peças processuais:** As peças devem ser elaboradas exclusivamente na **Folha Modelo 2ª Fase OAB FAM**, disponível no site [www.vemprafam.com.br/NPJ](http://www.vemprafam.com.br/NPJ).
- 3. Relatórios de audiências:** Os relatórios devem ser preenchidos **manuscritamente** no formulário identificado como *Relatório de Audiências* e assinados, quando se tratar de participação presencial. No caso de audiências realizadas pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, é obrigatória a anexação do *Relatório de Audiências* juntamente com o respectivo *certificado*. O documento deve conter todas as informações solicitadas e assinatura legível do responsável pela audiência.
- 4. Prazos e período de realização:** Para a aprovação da pasta, todos os itens deverão ser realizados e datados no *primeiro semestre de 2026*. Atividades entregues fora do prazo ou em formato diverso do exigido não serão aceitas.
- 5. Entrega e formato:** As tarefas devem ser postadas no Canvas na data determinada, em formato PDF, reunidas em um único arquivo, organizado e em ordem.
- 6. Proibições e autenticidade :** Não é permitido o uso de inteligência artificial, redatores automáticos ou auxílio de terceiros na elaboração das peças. Todo o trabalho deve ser individual e original, sob pena de reprovação e aplicação das sanções acadêmicas cabíveis.
- 7. Penalidades:** A ausência de qualquer atividade prevista acarretará a reprovação total da pasta. Atividades incompletas, ilegíveis ou que não atendam aos requisitos formais serão desconsideradas.

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM**

### **1. Prática Processual Penal**

João Carlos, servidor público estadual, ocupante do cargo de fiscal tributário, foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de **corrupção passiva**, previsto no art. 317 do Código Penal, sob a alegação de que teria solicitado vantagem indevida a um empresário para deixar de lavrar auto de infração administrativa.

No curso da investigação, a autoridade policial representou pela realização de **busca e apreensão domiciliar** na residência de João Carlos, a qual foi deferida pelo juízo competente com base exclusivamente em **denúncia anônima**, sem a prévia realização de diligências investigatórias destinadas à verificação da verossimilhança das informações recebidas.

Durante a diligência, foram apreendidos valores em espécie e documentos, os quais passaram a constituir a **principal prova** utilizada pelo Ministério Público para o oferecimento da denúncia.

Recebida a denúncia pelo juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca Alfa, a defesa apresentou **resposta à acusação**, arguindo a nulidade da busca e apreensão, sob o fundamento de violação à **inviolabilidade de domicílio** (art. 5º, XI, da Constituição Federal), bem como da ausência de justa causa para a medida. O magistrado rejeitou a preliminar defensiva, determinando o prosseguimento da ação penal.

Encerrada a instrução processual, o juiz proferiu **sentença condenatória**, condenando João Carlos à pena de **4 anos e 6 meses de reclusão**, em regime inicial semiaberto, além de multa, fundamentando a condenação, de forma preponderante, nas provas obtidas por meio da busca e apreensão domiciliar. A defesa foi intimada da sentença condenatória no dia **3 de março de 2026**, sendo certo que João Carlos respondeu ao processo em liberdade.

Na condição de advogado(a) de João Carlos, **elabore a peça processual cabível**, visando à reforma da decisão judicial.

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM**

### **2. Prática Processual em Direito do Consumidor**

Ana Paula, professora universitária, adquiriu, em **15 de fevereiro de 2025**, um **smartphone novo**, modelo *XPro Max*, da empresa **TechPlus Comércio de Eletrônicos S.A.**, pelo valor de **R\$ 6.800,00**, conforme nota fiscal regularmente emitida. O produto destinava-se ao uso pessoal e profissional da consumidora, sendo essencial para suas atividades cotidianas. O aparelho contava com **garantia contratual de 12 meses**, além da **garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor**.

Durante os primeiros meses de uso, o aparelho funcionou normalmente. Contudo, em **20 de outubro de 2025**, após aproximadamente **oito meses de uso regular**, o smartphone passou a apresentar **aquecimento excessivo**, desligamentos repentinos e falhas graves no sistema operacional, tornando impossível sua utilização segura e contínua. Tais defeitos **não eram aparentes no momento da aquisição**, manifestando-se apenas com o uso prolongado do produto.

Diante da situação, Ana Paula procurou a **assistência técnica autorizada** da fornecedora em **25 de outubro de 2025**, ocasião em que o aparelho foi retido para análise e reparo, conforme ordem de serviço emitida. O smartphone permaneceu na assistência técnica por **38 dias**, sendo devolvido à consumidora em **2 de dezembro de 2025**, sob a alegação de que o problema havia sido sanado.

Todavia, **três dias após a devolução**, os mesmos defeitos voltaram a ocorrer, inclusive com desligamento inesperado do aparelho durante uma chamada telefônica, o que levou Ana Paula a registrar nova reclamação junto à fornecedora, bem como junto aos canais de atendimento ao consumidor.

Em **10 de dezembro de 2025**, a consumidora requereu formalmente a **substituição do produto por outro da mesma espécie**, ou, alternativamente, a **restituição imediata do valor pago**, nos termos do art. 18, §1º, do CDC. A fornecedora, entretanto, **negou o pedido**, sustentando que os defeitos decorreriam de desgaste natural do aparelho e que o prazo para reclamação estaria esgotado.

Diante da negativa, Ana Paula ajuizou, em **15 de janeiro de 2026**, ação judicial visando à **restituição do valor pago**, bem como à **indenização por danos morais**, fundamentando seus pedidos na existência de **vício oculto em produto durável**, comprovado por laudo técnico particular juntado aos autos, que apontava falha estrutural no sistema de dissipação de calor do aparelho.

O juízo da \_\_\_\_ Vara Cível da Comarca Gama julgou **improcedentes os pedidos**, ao fundamento de que a autora não comprovou que o defeito existia no momento da aquisição do produto e que teria

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM**

ocorrido a **decadência do direito de reclamar**, considerando como termo inicial do prazo decadencial a data da compra do smartphone.

Ana Paula foi intimada da sentença em **3 de março de 2026**.

Na condição de advogado(a) de Ana Paula, **elabore a peça processual cabível**, indicando os fundamentos jurídicos pertinentes e formulando os pedidos adequados, visando à reforma da decisão judicial.

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM**

### **3. Prática de Direitos Difusos e Coletivos**

Carlos Henrique, Prefeito do Município de Vila Serena, no exercício do mandato iniciado em janeiro de 2023, **autorizou a contratação direta**, sem a realização de procedimento licitatório e sem a caracterização de situação emergencial, da empresa **Construtora Alfa Ltda.** para a execução de obras de reforma de escolas municipais, no valor total de **R\$ 4.500.000,00**.

Apurou-se, por meio de **auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado**, que a empresa contratada pertence a **parente próximo do Prefeito**, circunstância não declarada no procedimento administrativo, bem como que os valores pagos estavam **significativamente acima dos preços praticados no mercado**, ocasionando **prejuízo ao erário**. Constatou-se, ainda, que parte das obras não foi concluída, apesar do **pagamento integral** dos valores contratados.

Em razão dos fatos, o **Ministério Público instaurou inquérito civil**, no qual foram colhidos documentos, depoimentos e pareceres técnicos que indicaram a prática de atos que atentam contra o **patrimônio público** e os **princípios da Administração Pública**, especialmente os da **legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa**.

Encerrada a fase investigatória, o Ministério Público concluiu pela existência de **indícios suficientes da prática de atos de improbidade administrativa**, nos termos da **Lei nº 8.429/1992**, com redação dada pela **Lei nº 14.230/2021**, imputáveis ao Prefeito Municipal.

Na qualidade de **membro do Ministério Público com atribuição para a tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa**, **elabore a PETIÇÃO INICIAL da ação cabível**, indicando quais são os **fatos relevantes**; qual é o **enquadramento jurídico** dos atos praticados à luz da Lei de Improbidade Administrativa; a demonstração do **elemento subjetivo exigido em lei**; e os **pedidos adequados**, inclusive quanto às sanções aplicáveis.

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM**

### **4. Prática Direito Processual Penal - Fundamentos e Procedimentos**

Pedro foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de furto simples. Após a prisão, foi conduzido à Delegacia de Polícia, onde a autoridade policial lavrou o **auto de prisão em flagrante**. O auto foi encaminhado ao juiz competente, que, no prazo legal, realizou a **audiência de custódia**. Na ocasião, o magistrado verificou que Pedro é primário, possui residência fixa e não registra antecedentes criminais. Constatou-se, ainda, que não houve emprego de violência ou grave ameaça na prática do delito.

Apesar disso, o juiz **converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva**, fundamentando a decisão de forma genérica na “garantia da ordem pública”, sem indicar elementos concretos dos autos. Com base na situação apresentada, **responda** de forma fundamentada:

- a)** Quais são os **requisitos legais** para a decretação da prisão preventiva, nos termos do Código de Processo Penal?
- b)** A decisão judicial que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva está **devidamente fundamentada**? Justifique.
- c)** Indique **qual medida processual** poderia ser adotada pela defesa para impugnar a decisão judicial, especificando o fundamento legal.

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM**

### **5. Audiências e visitas especificadas**

**5.1.** Assistir 03 (três) **audiências** de instrução e julgamento, da **Justiça Comum Criminal**, de forma presencial ou pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, preenchendo o **relatório de audiências** e colhendo as devidas assinaturas e, anexando **o certificado**.

**5.2.** Assistir 03 (três) **audiências** de instrução e julgamento, da **Justiça Comum Civil**, de forma presencial ou pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, preenchendo o **relatório de audiências** e colhendo as devidas assinaturas e, anexando **o certificado**.

**5.3.** Realizar **01(uma) visita presencial** à escolha do aluno. A visita poderá ser a tribunais, delegacias, IML, museu da polícia judiciária, organizações não governamentais de carácter jurídico, museu de natureza jurídica, bem como qualquer visita proposta pela instituição, **apresentando relatório**, acompanhado de **carimbo e assinatura** do responsável do referido órgão.

### **6. Prática Jurídica Real – 40 horas**

☐ A prática jurídica real poderá ser cumprida pela realização de **Estágio Externo**, mediante preenchimento de Termo de Compromisso de Estágio e declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil), ou de outras empresas ou órgãos públicos.

☐ A prática jurídica real também poderá ser cumprida junto ao **Núcleo de Práticas Jurídicas no campus AUGUSTA E MOOCA** realizando atendimentos à comunidade vulnerável socioeconomicamente, fornecendo informações, orientações, reclamações administrativas perante órgãos de proteção ao consumidor e acompanhamento em mediações familiares. Não havendo demanda da população, será indicada atividade substitutiva. Para a comprovação desta tarefa, os alunos deverão a cada dia de comparecimento solicitar ao advogado responsável o preenchimento e assinatura em formulário próprio . . Os alunos deverão comparecer nos dias e horários estipulados pela coordenação e divulgados via canvas, sendo que a **data limite** para início da realização das atividades proposta será no **DIA 22.04.26**.